

ARTIGOS

<https://doi.org/10.1590/1980531411749>

Ensinar sem Deus: Notas nietzschianas para educar quando a verdade não é um dado

 Luiz Antonio Callegari Coppi¹

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas (SP), Brasil; lcoppi@unicamp.br

Como citar este artigo

Coppi, L. A. C. (2026). Ensinar sem Deus: Notas nietzschianas para educar quando a verdade não é um dado. *Cadernos de Pesquisa*, 56, Artigo e11749. <https://doi.org/10.1590/1980531411749>

ENSINAR SEM DEUS: NOTAS NIETZSCHIANAS PARA EDUCAR QUANDO A VERDADE NÃO É UM DADO

Resumo

Em 2024, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou a pesquisa *Truth Quest*, na qual a população brasileira figura em último lugar quanto à capacidade de detectar *fake news*, e é esse o disparador de nossas reflexões neste artigo. Propomo-nos pensar as condições para enfrentar esse cenário não recorrendo à delimitação do que é a verdade ou a mentira. Nosso intuito é, a partir da filosofia de Friedrich Nietzsche, tomar a verdade como convenção e investigar como isso nos impele a modos distintos de lidar com a realidade que nos cerca e com as informações. Valendo-nos das ideias nietzschianas como ferramenta para uma forma outra de adesão aos discursos, refletiremos sobre as possibilidades do ensino em meio à ausência de consensos e à aparente incredulidade geral.

VERDADE • NOTÍCIAS FALSAS • ENSINO • NIETZSCHE

TEACHING WITHOUT GOD: NIETZSCHEAN NOTES FOR EDUCATING WHEN TRUTH IS NOT A GIVEN

Abstract

In 2024, the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) published the *Truth Quest* study, in which the Brazilian population ranked last in the ability to detect fake news – this serves as a trigger for our reflections in this article. We propose to think about the conditions necessary to confront this scenario without resorting to fixed definitions of what is true or false. Drawing on Friedrich Nietzsche's philosophy, we approach truth as a convention and investigate how this perspective urges us to different ways of dealing with the reality that surrounds us and with information. Using Nietzschean thought as a tool for a different mode of adherence to discourse, we reflect on the possibilities of teaching amidst the absence of consensus and apparent general disbelief.

TRUTH • FAKE NEWS • TEACHING • NIETZSCHE

ENSEÑAR SIN DIOS: NOTAS NIETZSCHEANAS PARA EDUCAR CUANDO LA VERDAD NO ES UN DATO

Resumen

En 2024, la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) publicó la encuesta *Truth Quest*, en la cual la población brasileña figura en último lugar en cuanto a la capacidad para detectar *fake news*, y es este el disparador de nuestras reflexiones en este artículo. Nos proponemos pensar las condiciones para enfrentar este escenario sin recurrir a la delimitación de lo que es verdad o mentira. Nuestra intención es, a partir de la filosofía de Friedrich Nietzsche, tomar la verdad como convención e investigar cómo eso nos impulsa a modos distintos de lidiar con la realidad que nos rodea y con la información. Valiéndonos de las ideas nietzscheanas como herramienta para una forma otra de adhesión a los discursos, reflexionaremos sobre las posibilidades de enseñanza en medio de la ausencia de consensos y de la aparente incredulidad general.

VERDAD • NOTICIAS FALSAS • ENSEÑANZA • NIETZSCHE

ENSEIGNER SANS DIEU : NOTES NIETZSCHÉENNES POUR ÉDUQUER QUAND LA VÉRITÉ N'EST PAS UNE DONNÉE

Résumé

En 2024, l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques (OCDE) a publié les résultats de l'enquête *Truth Quest*, révélant que la population brésilienne se classe en dernière position en ce qui concerne la capacité à identifier les *fake news*. Ce constat constitue le point de départ du présent article dans lequel nous proposons une réflexion sur les conditions qui permettent de faire face à un tel scénario sans recourir à une délimitation rigide entre le vrai et le faux. Appuyés sur la philosophie de Friedrich Nietzsche, nous envisageons la vérité comme une convention, ce qui nous conduit à interroger les différentes manières d'appréhender la réalité et l'information. A l'aide des idées nietzschéennes comme outil d'analyse, nous explorons une autre forme d'adhésion aux discours et réfléchissons sur les possibilités d'enseignement dans un contexte caractérisé par une apparente absence de consensus et une incrédulité généralisée.

VÉRITÉ • FAUSSES NOUVELLES • ENSEIGNEMENT • NIETZSCHE

Recebido em: 3 FEVEREIRO 2025 | Aprovado para publicação em: 7 JULHO 2025



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.

*Quem é ateu e viu milagres como eu
Sabe que os deuses sem Deus
Não cessam de brotar
(Veloso, 2008)*

Há um tipo de entendimento de “Verdade” que nos impele a usar um “v” maiúsculo quando dela tratamos. Trata-se de uma Verdade que se pretende absoluta, única e inequívoca. Diante dela, encerram-se as discussões, calam-se os argumentos. É que a verdade, escreve Larrosa (2010), detém um poder: diante dela, resta apenas a aquiescência. Essa verdade, então, não admite desaforos, tergiversações. A ela, o caminho é direto e reto: basta seguir a luz do lado de fora da caverna. Mas, sendo justamente esse modo de adesão à Verdade aquilo que propomos pôr em xeque neste artigo, talvez a reta rota não nos sirva. Nosso negócio é com descaminhos, com o cambaleio incerto, com passos ao lado em vez de marcha à frente. É por isso que, em vez de seguir as avenidas mais objetivas e comuns de ingresso num artigo, optamos por iniciar por um desvio, um desvio por terreno alheio às pretensões de Verdade: desviamos, por ora, pelos campos da ficção.

E é com uma paródia que começamos.

Em *10 mandamentos*, a trupe virtual do Porta dos Fundos (2013) faz comédia da cena bíblica em que Moisés retorna do Monte Sinai carregando as placas com as regras definidas por Deus à humanidade. O profeta do esquete chega a seu povo anunciando: “Povo hebreu, eu trago comigo os mandamentos do que vocês precisarão seguir daqui para frente!”, e é aí que começa a subversão do texto religioso. Alguns homens, sentados pelo chão, acham estranho que Moisés, que nunca estivera antes no Monte, tenha estado ali exatamente quando Deus resolvera legislar sobre a Terra. Moisés insiste que fora isso mesmo o que ocorrera e, de pronto, põe-se a ler o que tem nas mãos. “Não roubarás”, começa ele. “Mas não roubaram umas cabras suas há uns dias?”, questiona um dos ouvintes. O profeta se encabula, gagueja. Diz, finalmente, que uma coisa não tem a ver com a outra e segue com a pregação: “Não matarás!”. Mais alguém da plateia lembra que um primo de Moisés havia sido assassinado na semana anterior, ao que o profeta, também balbuciante, retruca dizendo que aquela era mais uma objeção impertinente. Outro hebreu, nesse instante, coloca uma questão: ele conta que ainda naquela manhã havia matado um homem e gostaria de saber se já seria punido pelas novas leis. Moisés, novamente, hesita. O mesmo hebreu sugere-lhe que aquilo estava estranho, que, em pouco tempo, Moisés diria haver obrigações para que cozinhassem para ele, para que lavassem seu carro. O profeta recorre às tábuas: “Não levantarás falso testemunho” – justo ele dizia isso, justo o sujeito que dizia “conversar com Deus...”, observa ironicamente um dos presentes. Moisés reafirma ter conversado com Deus. “Jura?” “Eu juro.” “Por Deus?” Mais uma hesitação, mais uma vacilação, mais uma gaguejada em uma fala irresoluta. Os mandamentos, afinal, também impunham não dizer em vão o nome de Deus. E assim corre a esquete até que com Moisés corram dali.

Em uma primeira leitura, salta aos olhos no enredo cômico algo que Nietzsche (2016, p. 16) já denunciara a propósito do profeta Paulo: este, assim como Moisés, também chamara de “Deus” aquilo que era a sua própria vontade. A diferença é que, no texto do Porta dos Fundos, o “povo hebreu” não cai nessa artimanha, não se deixa enredar por tão frágil retórica. Moisés acreditava contar com o que seria um fiador absoluto, um argumento de autoridade totalmente irrefutável – mas se esqueceu de combinar com os hebreus. Não consegue, portanto, impor sua compreensão de como as coisas deveriam ser. Suas hesitações, seus balbucios, nesse sentido, seriam decorrentes de se ter percebido flagrado, de ter seus subterfúgios postos à luz.

Mas e se não for essa a razão da vacilação? E se assumíssemos que Moisés realmente acreditava que aquilo que tinha em suas mãos era a verdade sagrada revelada? Não seria justamente essa crença o que o poderia ter levado a tantas hesitações?

Larrosa (2010), ao discutir as verdades do poder em texto já mencionado, explica que não é raro que se aquiesça diante delas não porque, de fato, sejam a verdade, mas porque a verdade, enquanto conceito, enquanto dispositivo discursivo, tem, ela mesma, um poder. É como se, diante daquilo que admitimos ser o verdadeiro, independentemente do que ocupa esse lugar, rendêssemos nossas armas, baixássemos a guarda. O poder da verdade, afirma o autor, é calar os questionamentos, encerrar o debate, tornar dispensável a reflexão – frente a ela, há tão somente resignação e aceitação. Se é, então, a própria verdade que Moisés carrega ali naquele documento, não cabe discuti-la, não importa saber por que os mandamentos são o que são e não outra coisa. Talvez jamais lhe tivesse ocorrido que alguém pudesse pedir provas, colocar questões, objetar. Talvez a ele mesmo essas indagações nunca tivessem aparecido. Como justificar tais leis, então, sem dizer que “Deus mandou”, que “Deus quis assim”?

A alternativa a esse emudecimento das justificativas talvez fosse Moisés adotar um outro modo de abordar seus conterrâneos. Diante de uma vida comum prenhe de roubos e de morte, ele poderia reunir sua gente, expor o que vê, dizer por que lhe incomoda e propor uma outra forma de organizar o real compartilhado. É provável que sofresse objeções: as coisas como iam até então talvez não incomodassem a um; a outros, as regras que Moisés propusesse talvez deixassem passar tópicos importantes. Seria preciso negociar e estar atento a um real que não cabe na abstração, na regra que vem de fora. Os consensos seriam provisórios e sujeitos sempre ao questionamento. De nada adiantaria ter uma resposta retirada de algum documento transcendente que encerrasse todas as questões. Seria preciso tomar nas mãos o mundo concreto e responder a ele, responder por aquilo que se decidisse sobre ele e conseguir reconstituir essas respostas, voltar a elas em todas as suas fases, em cada uma de suas razões sempre que lhe fossem pedidas provas sobre o que defendia. Isso, no entanto, só seria possível caso o modo de adesão àquilo que trazia nos braços fosse distinto: Moisés não poderia se crer de posse da Verdade absoluta e inquestionável, mas sim de um discurso, de uma interpretação do real que, para se fazer valer, precisaria mostrar e bancar seu valor.

Aqui, acreditamos, a paisagem pela qual começamos a vagar começa a mudar de figura. O terreno da ficção vai, pouco a pouco, dando lugar ao do mundo real, e o que era historinha passa a carregar algo de analogia. Moisés não é bem Moisés; o povo hebreu não é bem o povo hebreu; as tábuas com os mandamentos divinos não são exatamente o que se materializa no roteiro: o que está em jogo, nos parece, é que esses elementos nos permitem pensar algo que extrapola a ficção, nos permitem pensar nossa própria realidade contemporânea e, dentro dela, dados os nossos interesses de pesquisa, o fazer docente.

Analogamente ao que nos propõe o esquete, não estamos mais em terreno em que as verdades se impõem por um suposto poder transcendente que as embasa. As mídias digitais, como pretendemos apresentar neste artigo, reconfiguram os critérios do que é verdadeiro e do que é falso e, independentemente do fundo de realidade por trás dos enunciados que circulam em profusão, os efeitos que provocam no mundo real são palpáveis. Modificam-se as condições para validação e legitimação de determinadas mediações que, historicamente, estabeleceram-se como confiáveis. Nesse cenário, não à toa, os números relativos à credulidade nas chamadas *fake news* alarmam, sobretudo no Brasil, país cuja população ocupa o último lugar no traquejo com as notícias mentirosas, segundo dados obtidos pela pesquisa *Truth Quest* realizada pela OCDE (Organisation for Economic

Co-operation and Development [OECD], 2024). Sem consensos, não faltam bezerros de ouro de todos os tipos para fiéis desamparados, e, enquanto professores, talvez não nos baste mais afirmar que são falsos esses deuses, que um enunciado é Verdade e que os outros são mentirosos, ainda mais sem a força das grandes companhias que anunciam regras mais flexíveis para o compartilhamento de notícias e o fim dos chamados “checadores de fatos”.¹ Mas o que fazer então?

Nosso intuito neste texto é caminhar por veredas que nos possibilitem responder a essa pergunta. Se as verdades com que se estruturara a realidade já não são inequívocas, já não são únicas, se o terreno já não é firme, é preciso mudar a abordagem, pisar de outra maneira o solo. E não nos parece haver como isentar a escola de alguma agência nesse processo. Como docentes não em abstrato, mas imersos em uma contemporaneidade que se vê às voltas com essa indiferença aos tradicionais irradiadores da Verdade, talvez precisemos deixar a reivindicação “é verdade!” de lado – não porque não haja verdades, mas porque elas já não detêm o poder de outrora – e encarar os discursos que proferimos em sala de aula e os conteúdos que dispomos sobre nossas lousas a partir de uma outra perspectiva, entendendo-os não como a mais objetiva e pura realidade, mas como convenções, como resultados de disputas que, como tais, podem ser a qualquer momento contestados. Seguindo um modo próprio aos fazeres da filosofia da educação, como pontua Reboul (2017), pretendemos lançar perguntas: e se abandonássemos a Verdade e nos preocupássemos em justificar aquilo que fazemos e aquilo sobre que falamos? E se nosso interesse não fosse tanto o de delimitar o que é a verdade e o que é a mentira, mas o de explicar de onde vêm os conteúdos que ministramos e de bancar sua legitimidade? Metodologicamente, procuraremos responder a essas questões a partir do que nos ensina Paul Ricoeur (2013) sobre os procedimentos hermenêuticos: tomaremos nossas hipóteses como horizontes de sentido e buscaremos construir uma argumentação rigorosa que possa pavimentar o caminho até elas. Nossa hipótese é a de que podemos, sim, educar sem Deus – o qual, metaforicamente, é essa verdade que se pretende absoluta –, e que talvez isso seja imprescindível para colocar os estudantes diante de um modo de mediação diferente daquele que os alimenta de *fake news* e toda sorte de mentiras do lado de fora da escola. Para fazê-lo, todavia, é preciso não perder de vista que aquilo que tomamos como “verdade” é construção, convenção, e, assim sendo, é-nos incontornável poder reconstruir os motivos que nos levam a uma e não a outra forma de dar sentido ao real.

Para essa caminhada, não partiremos sós. A fim de compreender melhor uma adesão a discursos e interpretações não como pretensas verdades, mas como construções, chamamos a companhia de Friedrich Nietzsche. Nesse sentido, mobilizamos aqui uma leitura de um texto de juventude do autor – *Sobre verdade e mentira* (Nietzsche, 2008) –, incrementando-a de algumas referências oriundas de outras de suas obras. O caminho interpretativo de que nos valem aqui foi desenvolvido por nós em uma outra ocasião (Coppi, 2021), mas, desta vez, ele nos interessa com vistas a encaminhamentos para uma educação que possa realmente fazer frente ao cenário de *fake news*, revisionismos e conspiracionismos em que vivemos. Nietzsche, então, será uma espécie de guia para um outro modo de pensar, e é de suas reflexões que extrairemos alguns apontamentos sobre o que pode caber à educação quando a verdade não é mais um dado.

1 No início de 2025, a Meta, empresa responsável pelo Facebook e pelo Instagram, por exemplo, anunciou a suspensão dos *fact-checkers* nas plataformas, em um alinhamento com o novo governo Trump nos Estados Unidos. Mais informações podem ser lidas em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-anuncia-que-encerrara-seu-programa-de-fact-checking-nos-eua.ghtml>

Assim, este texto segue adiante com mais três paradas antes de seu término. Na primeira, apresentaremos alguns tópicos da pesquisa *Truth Quest* (OECD, 2024) citada anteriormente e, com base em autoras como Cesarino (2022) e Bruno e Roque (2020), observaremos algumas hipóteses sobre a paisagem revelada pelo estudo que nos parecem fazer jus à decisão de escolhermos Nietzsche como guia para uma outra relação com a verdade. É a ele, aliás, que dedicamos a segunda parada deste artigo. Pretendemos, de maneira detalhada, investigar como é possível entender a verdade não como plasmação objetiva do real, mas como uma convenção, e, como tal, tentamos também entender os desdobramentos potenciais de tal condição – por meio de suas ideias pretendemos elaborar a fundamentação teórica de uma outra relação com a verdade e com a realidade. Por fim, nossa última parada será em uma tentativa de elaborar alguns apontamentos, a partir do arcabouço reflexivo nietzschiano, para o fazer pedagógico em um momento em que a verdade está em xeque.

Com o mapa em mãos, enfim, é hora de caminhar.

O que persiste da verdade nas *fake news*

Em junho de 2024 foi publicada a pesquisa *Truth Quest* desenvolvida pela OCDE para investigar a maneira como as populações de 21 países diferentes lidam com as informações – ou desinformações – a que são expostas. O trabalho buscou alertar para o fato de que notícias falsas e enganosas são riscos para o bem-estar das pessoas e das sociedades, uma vez que “contribuem para a polarização política, reduzem a confiança nas instituições democráticas e impactam negativamente os direitos humanos” (OECD, 2024, p. 7, tradução própria) – e não perde de vista que a internet é o principal condutor na difusão dessas notícias. Por meio da exposição a conteúdos tanto verdadeiros quanto falsos que imitavam postagens reais nas redes sociais, foram medidos a habilidade de os participantes identificarem o que era verdade e o que era mentira e alguns outros pontos que interessavam aos pesquisadores. Metodologicamente, foi criada uma página que remetia a essas redes e oferecia aos participantes uma experiência gamificada – escolha esta justificada pela frequência e pelo sucesso com que esta estratégia, a gamificação, aparecia em outras pesquisas sobre o assunto – em que eles podiam elaborar um avatar e lidar com as notícias como se estivessem em um contexto real.

A primeira pergunta a que os investigadores visavam a responder era se alguns tipos de enganos eram mais facilmente reconhecíveis do que outros. Para tanto, o estudo classificou os conteúdos falsos em cinco categorias: “*disinformation*”, quando o conteúdo é sabidamente falso e propositalmente divulgado com intuito de causar equívocos e erros; “*misinformation*”, quando o conteúdo não é sabidamente falso e seu compartilhamento não tem a intenção de enganar; “*contextual deception*”, ou “engano contextual”, que são informações verdadeiras descontextualizadas deliberadamente a fim de sustentar um ponto de vista ou um enquadramento; “propaganda”, a qual é mobilizada por grupos para manipular sentimentos e emoções de um certo público; e, por fim, a “*satire*”, “uma importante forma de crítica social e política que se vale do humor para chamar a atenção para temas sociais” (OECD, 2024, p. 37, tradução própria). A segunda pergunta que intrigava os pesquisadores era se o tema de um conteúdo falso poderia influenciar em sua identificação (e, por isso, o estudo buscou centrar-se em três assuntos básicos: o meio ambiente, a saúde e as relações internacionais). Havia, além dessas questões, um interesse também em observar como conteúdos elaborados por inteligência artificial (IA), identificados como tais ou não, influenciavam a percepção dos participantes quanto à veracidade daquilo que liam. Por fim, o estudo também buscou responder a uma curiosidade acer-

ca da maneira como os próprios participantes avaliavam sua capacidade de identificação da verdade e da mentira antes de serem testados.

Embora nossa intenção aqui não seja comentar todos os seus resultados, parece-nos cabível ao menos apresentá-los. De acordo com o relatório, o que as respostas dos participantes revelaram, em geral, foi que:

- a. a autopercepção acerca da própria habilidade de detectar conteúdos falsos não acompanha a real capacidade de fazê-lo;
- b. o tipo de conteúdo tende a provocar mais diferenças nas respostas internas nos países investigados do que na comparação entre eles;
- c. o tema do conteúdo *on-line* tem pouca influência sobre a habilidade de identificar notícias verdadeiras;
- d. é mais fácil identificar conteúdos produzidos por IA do que por humanos e a percepção dos participantes acerca dos impactos da IA influencia na habilidade de identificação de conteúdo verdadeiro;
- e. e, enfim, o que mais nos interessa aqui, parece haver uma correlação entre os mais baixos níveis de identificação de conteúdos falsos e a maior confiança nas informações oriundas das redes sociais.

Esse nosso interesse por esse último achado da pesquisa se justifica porque, entre os 21 países analisados, o Brasil é justamente o que ocupa a pior posição no que diz respeito à habilidade de detecção de informações falsas ou enganosas. Segundo o estudo, os brasileiros entrevistados foram capazes de identificar as *fake news* em apenas 54% das ocasiões – porcentagem próxima, por exemplo, da identificação decorrente da sorte, ou do “chute”. Os finlandeses, para efeito de comparação, obtiveram sucesso em 66% das vezes. Não obstante mais de 70% dos entrevistados brasileiros responderem afirmativamente à primeira questão da pesquisa – ou seja, se se sentiam confiantes em sua capacidade de identificar notícias enganosas.

Um outro ponto que chama a atenção no desempenho brasileiro em relação aos dados colhidos é que, segundo o que apurou o estudo, junto à Colômbia, o Brasil é um dos países em que o grau de confiança na informação que circula nas redes sociais é maior. Entre os entrevistados brasileiros, 85% afirmam que sempre consomem informações a partir das redes sociais ou que o fazem com frequência. Novamente, se tomarmos o contraste com o que ocorre na Finlândia, observamos que, enquanto lá pouco menos de 30% dos participantes responderam que sempre usam essas redes para se informar, no Brasil esse grupo chega a 60%. Além disso, chama a atenção que mais da metade dos brasileiros entrevistados garantam confiar muito ou relativamente naquilo que acessam nessas mídias. E a relação entre o frágil desempenho na detecção de mentiras e a adesão a essas redes de comunicação não é irrelevante.

Bruno e Roque (2020), investigando as análises políticas a propósito das crenças em *fake news*, alertam que é comum que elas sejam atribuídas à ingenuidade ou à falta de discernimento daqueles que as repassam – postura essa que impede de pensar a questão a partir de uma articulação mais complexa. Segundo as autoras, “o fenômeno da pós-verdade pode ser apenas a ponta do iceberg: por baixo há um mundo em que a confiança está se dissolvendo” (Bruno & Roque, 2020, p. 13). “A confiança”, insistem elas, “está sendo minada nas redes sociais, com novas crenças e novos valores que contestam o método científico e desafiam consensos há tempos estabelecidos”. Nesse fenômeno, as plataformas digitais não exercem um papel secundário, e não faltam hipóteses que relacionem o compartilhamento de mentiras com a estrutura das redes. Lipovetsky e Serroy (2011), por exemplo, argumentavam, antes ainda do estabelecimento mais substancial das redes sociais como

mídias de comunicação, que nosso tempo sofria de um inchaço informacional, o qual demandaria a invenção de bússolas para que pudéssemos nos orientar não mais em meio à falta da informação, mas sim em meio a seu excesso descontrolado. Pariser (2012), nesse mesmo sentido, relaciona o desenvolvimento dos algoritmos das redes com aquilo que seria o “colapso da atenção” caso nenhuma filtragem se interpusesse entre os usuários da internet e tudo aquilo que é produzido em seu interior. Silveira (2019) explica que os algoritmos são sequências de etapas bem definidas para a solução abstrata de um problema. São, ainda segundo o autor, “rotinas finitas e logicamente encadeadas que realizam tarefas a partir das informações que recebem” (Silveira, 2019, p. 12). As empresas que controlam as redes sociais de comunicação, nesse sentido, recolhem os dados de seus usuários para que, com essas informações, possam elaborar algoritmos que selecionem o que seria, em seu entendimento, mais relevante a cada pessoa – a paisagem com a qual nos deparamos, portanto, nas telas de nossos celulares e computadores é sempre muito mais reveladora de nós mesmos do que, de fato, do real. É uma espécie de “fragmento personalizado”. O comum, afirma Bruno (2020) em outra obra, é confiscado, limitando o acesso dos usuários àquilo que reflete suas próprias convicções. Em outras palavras:

Nas plataformas . . . os algoritmos entregam aos usuários mundos personalizados que confirmam seus enquadramentos individuais – em termos cibernéticos, que contêm um excesso de feedback positivo. Como resultado, os usuários sentem-se plenamente legitimados em suas opiniões e visões, e, assim, proativos e livres, distribuindo follows, curtidas ou blocks à vontade, como pequenos soberanos em seus microfeyudos digitais. (Cesarino, 2022, p. 105).

Nesse sentido, não é mais o compartilhamento do olhar o que confere veracidade a um objeto, a uma notícia. O mundo perde aquele atributo que Hannah Arendt (2020, p. 258) entende como o único “que nos permite aferir a realidade”: “o fato de ser comum a todos nós”. E isso ocorre não porque a verdade não exista, mas sim porque talvez vivenciemos “uma crise nos modos tradicionais de aferição da verdade” (Bruno & Roque, 2020, p. 13). A esse respeito, van Zoonen (2012) denuncia o surgimento de uma espécie de “eu-pistemologia”: diante da insegurança epistêmica decorrente do excesso de informações e de visões de mundo que passam a saturar os espaços de circulação, os usuários voltam-se a si mesmos e a seus pequenos grupos como pontos de segurança, como algo firme, concreto e palpável para definirem o que é ou não real. “A experiência pessoal e as observações subjetivas são reclamadas para prover uma posição de autoridade”, escreve a autora (van Zoonen, 2012, p. 7, tradução própria). Lipovetsky e Serroy (2011, p. 57) assim o formulam: “a personalização anda junto com a dessincronização dos usos coletivos”. Não estranha, portanto, que haja uma resistência ao confronto. Hameleers e van der Meer (2020) detectam que as premissas epistêmicas da informação e da verdade factual passam a ser alvos de dúvida e de desconfiança que se intensificam ainda mais quando associadas a crenças e ideologias fortes. Nesses casos, afirmam os autores, “indivíduos tendem a rejeitar correções que confrontem seus pontos de vista” (Hameleers & van der Meer, 2020, p. 228, tradução própria) e deliberadamente optam por fontes que confirmem suas posições prévias.

Bruno e Roque (2020) alertam ainda para o fato de que a descrença nos consensos tradicionais pode derivar do controle que um pequeno grupo de pessoas detém sobre informações essenciais a todos. A possibilidade oferecida pelo mundo virtual de qualquer um conectado poder lançar na rede uma informação ou um ponto de vista sobre os mais diversos assuntos reconfigura a profusão das vozes. Aqueles que garantiam sua autoridade antes, nos veículos tradicionais de comunicação,

por falarem sozinhos, por não enfrentarem contrapontos, veem-se, nas redes sociais, em uma arena em que são confrontados e, independentemente da verdade ou da mentira carregada por essas contestações, precisam se valer de outros expedientes para manterem a relevância. Para as autoras, em domínios como a economia ou a ciência, tal como faz o Moisés da esquete, “pede-se somente que se confiem nos especialistas” – essa “transferência de autoridade baseada na confiança”, continuam, “não funciona mais como antes” (Bruno & Roque, 2020, p. 14). Cesarino (2022, p. 16), a respeito disso, afirma que as mudanças aceleradas pelas redes digitais envolvem, por um lado, “processos de desintermediação, ou seja, de desengajamento dos elementos do sistema de sua estrutura normativa anterior”, o que se reflete, afirma ainda, “no modo como as mídias digitais acirram a desconfiança dos usuários em relação à ‘grande mídia’, aos intelectuais e acadêmicos, às instituições da democracia representativa”. Para Cesarino, no entanto, assim como para Bruno e Roque, esse cenário não leva fatalmente a uma espécie de niilismo absoluto, de descrença total: justamente por conta da estrutura das redes, observam-se processos de “reintermediação” (Cesarino, 2022, p. 16) em que outros atores assumem o posto de propagadores da Verdade.

Todo esse cenário nos permite inferir alguns pontos e colocar algumas questões. Chama-nos a atenção, em primeiro lugar, que a profusão de notícias, de pontos de vista e de opiniões, ainda que, num primeiro momento, gere insegurança por colocar em dúvida aquilo que tradicionalmente se tinha como Verdade, acaba levando à adesão a outras verdades e não à permanência da dúvida e da espreita. É como se, anunciada a morte de um deus, outro devesse ser posto em seu lugar gozando dos mesmos benefícios. Outro ponto que também nos salta aos olhos é que a própria arquitetura digital, limitando os discursos que chegam a cada um dos usuários, acaba reforçando a convicção do indivíduo em si mesmo e nas estruturas interpretativas de seu grupo: sem o confronto, sem a contestação, o real passa a ser aquilo que não abala um edifício de sentidos já estabelecido e consolidado. Uma educação, portanto, que se queira realmente combativa em relação a tais posturas, nos parece, deve articular-se em torno de dois pontos principais. O primeiro é o abandono da Verdade como palavra de ordem, como encerramento de discussões e de debate: é necessária uma atitude outra em relação aos discursos aos quais aderimos. O segundo ponto é, talvez como uma consequência do primeiro, a descrença em relação ao próprio si. A seguir, acreditamos, algumas reflexões do filósofo Friedrich Nietzsche podem nos subsidiar nesse empreendimento.

Adeus, Deus

Sobre verdade e mentira é um trabalho de juventude que Nietzsche (2008) escreve em 1873. Ainda assim, trata-se de um texto que condensa bastante da crítica que o autor dirige a uma certa concepção de verdade que, embora humanamente construída, pretende-se a própria realidade das coisas. Para Nietzsche, o intelecto humano atua por meio de dissimulações, de ficcionalizações, para dar sentido ao que o cerca e, por isso, atribuir às suas criações a própria realidade é um desatino. Vejamos, no entanto, com um pouco mais de cuidado, como o autor organiza sua argumentação.

Nietzsche começa provocativo: o intelecto não aponta para além da vida humana, e “apenas seu possuidor e gerador o toma de maneira tão patética, como se os eixos do mundo girassem em torno dele” (Nietzsche, 2008, pp. 25-26). A razão, escreve o autor, opera por meio de toda uma sorte de imagens, de dissimulações, de falseamentos, e o que inquieta o filósofo é que, sendo este o *modus operandi* desse intelecto, sendo nas imagens, nas ilusões, nas sombras que ele se assenta, tenha podido surgir no homem um “impulso à verdade”. Os indivíduos, segundo Nietzsche, “se acham profun-

damente imersos em ilusões e imagens oníricas, seus olhos deslizam apenas ao redor da superfície das coisas e veem ‘formas’, sua sensação não leva à verdade em nenhum lugar” (Nietzsche, 2008, p. 28) – como, então, chegam a tomar uma dessas imagens como verdade absoluta?

Aqui, ele levanta sua primeira hipótese:

Enquanto o indivíduo, num estado natural das coisas, quer preservar-se contra outros indivíduos, ele geralmente se vale do intelecto apenas para a dissimulação: mas, porque o homem quer, ao mesmo tempo, existir socialmente e em rebanho, por necessidade e tédio, ele necessita de um acordo de paz e empenha-se então para que a mais *cruel bellum omnium contra omnes* ao menos desapareça de seu mundo. Esse acordo de paz traz consigo, porém, algo que parece ser o primeiro passo rumo à obtenção daquele misterioso impulso à verdade. Agora, fixa-se aquilo que, doravante, deve ser “verdade”, quer dizer, descobre-se uma designação uniformemente válida e impositiva das coisas. . . . (Nietzsche, 2008, p. 29).

A característica fundamental do intelecto, segundo o autor, é falsear, é inventar imagens e sentidos. Acredita-se, no entanto, que, se cada um puder enxergar o real como bem lhe aprouver, não haverá como evitar a guerra geral. É preciso então, denuncia Nietzsche, que se estabeleça uma das invenções desse intelecto como verdade absoluta, como uma interdição às metamorfoses das imagens: a verdade passa a ser “uma só”, e contra os fatos oriundos dessa verdade não há argumentos. Nietzsche, então, um pouco mais à frente, afirma que essa “verdade” construída em nome da existência em comum é validada enquanto os indivíduos percebem nela a “consequência positiva” que os levou a fixá-la: a conservação. Nesse sentido, o que se odeia fundamentalmente “não é o engano, mas as consequências ruins, hostis, de certos gêneros de engano” (Nietzsche, 2008, p. 30).

Aqui, acreditamos, alguns pontos já começam a nos interessar no que o pensamento nietzschiano traz de potente para entendermos o cenário contemporâneo. Ainda que o rebanho algoritmizado seja menor, seja reduzido, não raro, a “grupos de afinidade” (Bruno & Roque, 2020), ele talvez surja como um esteio, como um ponto de segurança em meio à guerra de informações e opiniões. Outro aspecto relevante, parece-nos, é que, se a condição para a permanência nesses grupos é a adesão ao engano, ele, o engano, não é de fato um problema. Questioná-lo implicaria, talvez, ser lançado novamente à torrente de informações e pontos de vista – e esta, ao que parece, é uma consequência “ruim e hostil”. Mas continuemos com o pensamento do filósofo.

Para sustentar sua hipótese de que o próprio do intelecto é a criação de imagens, Nietzsche coloca em questão tanto a linguagem quanto os conceitos com que cremos apreender o real. Começemos pelas palavras. Para o filósofo, elas são “a reprodução de estímulos nervosos em sons” (Nietzsche, 2008, p. 31) e, portanto, “deduzir de um estímulo nervoso uma causa fora de nós já é o resultado de uma aplicação falsa e injustificada do princípio da razão”. As línguas operam por convenções arbitrárias e, nesse sentido, são mais reveladoras de si mesmas do que, de fato, daquilo que pretendem designar: “falamos sobre uma serpente; a designação não tange senão o ato de serpentear e, portanto, poderia servir também ao verme”, exemplifica – “mas que demarcações arbitrárias, que preferências unilaterais!”, exclama o autor. Quando se observam os diferentes idiomas, escreve ainda, nota-se que a verdade nunca encontra uma mesma forma, uma expressão adequada; do contrário, sentenciamos, não haveria tantas línguas.

Em *Humano, demasiado humano*, em um aforismo cujo título já é bastante sugestivo, “A linguagem como *suposta* ciência” (grifo próprio), Nietzsche é ainda mais categórico. Segundo ele, nela, na linguagem, “o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado de outro, um lugar que ele consi-

derou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor” (Nietzsche, 2005, p. 20). A linguagem, aqui, aparece como uma forma de controle, como algo que confere aos indivíduos alguma possibilidade de domar um mundo que, do contrário, lhes permaneceria hostil e estranho. Nietzsche continua suas reflexões afirmando que, “na medida em que por muito tempo acreditou nos conceitos e nomes de coisas como em *aeternae veritas* (verdades eternas), o homem adquiriu esse orgulho com que se ergueu acima do animal: pensou ter realmente na linguagem o conhecimento do mundo”. Daqui, é importante notar os efeitos da passagem de tempo. Aquilo que, num primeiro momento, é invenção, é o impulso nervoso traduzido em som de que tratara antes, vai, aos poucos, sedimentando-se como a própria realidade, como o próprio mundo. Faltou “modéstia” a esse criador de palavras, pontua o autor um pouco mais à frente. Em *Sobre verdade e mentira*, ele mobiliza a noção das metáforas: “acreditamos saber algo acerca das próprias coisas, quando falamos de árvores, cores, neve e flores, mas, com isso, nada possuímos senão metáforas das coisas, que não correspondem, em absoluto, às essencialidades originais” (Nietzsche, 2008, pp. 33-34) – essa noção lhe será cara, mas voltaremos a ela mais adiante.

Das palavras, seguindo sua argumentação, derivam-se os conceitos. A respeito deles, Nietzsche (2008, p. 35) escreve que se formam à medida que o léxico deixa de servir apenas para uma vivência “completamente singular e individual” à qual deve seu surgimento e passa a dever-se “coadunar a inumeráveis casos, mais ou menos semelhantes, isto é, nunca iguais quando tomados à risca”. “Todo conceito surge pela igualação do não igual”, escreve ainda. Em *A gaia ciência*, a esse propósito, afirma que “enxergar semelhanças e fabricar igualdades é característica dos olhos fracos” (Nietzsche, 2012, p. 160), mas, independentemente disso, a abstração acaba se sobrepondo às manifestações individuais e concretas e lhes surgindo como um modelo do que é o modo correto de ser. O “dever-ser” se sobrepõe ao “ser”. A realidade, nesse sentido, é menor, é imperfeita, e, não raro, deve buscar se tornar aquilo que não é, ou seja, o ideal – e, ainda que não seja esta a preocupação nietzschiana, não nos parece forçoso sublinhar que esse movimento tem efeitos políticos consideráveis. E o são mais ainda se, desconfiando dessas formas ideais, como nos ensina o filósofo, nos colocamos questões acerca de quem as definiu, de quais os interesses envolvidos em seu estabelecimento e em sua perpetuação – se passa a nos importar, afinal, quem é o Moisés que as anuncia.

Nietzsche, então, depois de colocar em xeque a linguagem e os conceitos, fundamentos do funcionamento do intelecto, volta-se à verdade. Ele a define assim:

O que é, pois, a verdade? Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível. (Nietzsche, 2008, pp. 36-37).

Daqui, interessa-nos praticamente tudo. A verdade é afirmada não como uma identificação total com o real: ela é invenção, metáfora que, portanto, poderia ser outra. Além disso, com o passar do tempo, deixa de ser percebida enquanto tal, isto é, enquanto convenção, e passa a ser experienciada como a própria realidade, ou seja, já não é mais vivida como possibilidade, como alternativa, como escolha. Por fim, o caráter “obrigatório”: diante daquilo que se apresenta como verdade, resta calar, aquiescer, não questionar nem buscar razões. Trata-se do “poder da verdade”, conforme

escreve Larrosa (2010). E é importante não perder de vista, seguindo um pouco da reflexão do professor catalão, que “verdade” aqui pode ser substituída por “realidade”: tanto num caso quanto no outro, tem-se a sensação de que, diante delas, se está diante de algo inapelável.

Um pouco mais à frente, ainda em *Sobre verdade e mentira*, Nietzsche chega àquilo que, em seu entendimento, atrai em uma tal submissa relação com essa noção de “verdade”:

Somente pelo esquecimento desse mundo metafórico primitivo, apenas pelo enrijecimento e petrificação de uma massa imagética que, qual um líquido fervente, desaguava originalmente em torrentes a partir da capacidade primitiva da fantasia humana, tão-somente pela crença de que este sol, esta janela, esta mesa são uma verdade em si, em suma, apenas porque o homem se esquece enquanto sujeito e, com efeito, enquanto sujeito artisticamente criador, ele vive com certa tranquilidade, com alguma segurança e consequência; se pudesse sair apenas por um instante das redomas aprisionadoras dessa crença, então sua “autoconsciência” desapareceria de imediato. (Nietzsche, 2008, p. 41).

Aqui, Nietzsche coloca em cena a boa consciência oriunda do esquecimento da construção de uma metáfora quando ela passa a ser tomada como a verdade. É como se, diante de um Deus absoluto, não fosse mais da alçada do sujeito comum criar a moral, a ética, organizar as condutas e a vida comunitária. Basta assentir: as coisas são assim porque “Deus mandou”, porque “Deus quis assim”. Para o bem ou para o mal, não há apelo possível, e são vários os substitutos de Deus – “as coisas são como são porque é assim a Natureza”; “é assim mesmo, porque todos assim o fazem”; “é preciso agir assim porque os documentos obrigam”; etc. Tal aquiescência resignada, para Nietzsche, desobriga o indivíduo de se entender como “artisticamente criador”, e é aqui, nos parece, que reside um potente aporte nietzschiano para pensarmos uma pedagogia contemporânea que possa resistir aos impactos das *fake news*. Por “artisticamente criador”, não se entende um inventor de tudo e qualquer coisa, mas alguém que possa aderir a uma interpretação de mundo compreendendo-a como tal e não se escondendo atrás da pretensão de que essa interpretação seja a própria realidade e, portanto, algo a que simplesmente se aquiesça.

As traduções dessas colocações para a contemporaneidade não são óbvias. Numa leitura apressada, é possível derivar delas um cinismo niilista absoluto: se não há verdade, tudo é criação e invenção, e, portanto, não há problema algum com a disseminação das *fake news* e com a crença naquilo que elas carregam. Tanto faz, nesse sentido, ensinar a evolução das espécies ou o criacionismo na escola; tanto faz, nessa mesma linha de pensamento, ensinar que o Brasil foi vítima de um golpe militar em 1964 que se estendeu por vinte anos de uma sangrenta ditadura ou que o que houve nesse ano foi uma revolução; tanto faz defender o uso das vacinas ou dizer que elas são invenções chinesas e que portam um *chip* de localização para fins de controle social. Mas não é bem isso o que o pensamento nietzschiano nos propõe. Em primeiro lugar, porque, independentemente do grau de verdade de uma narrativa qualquer, ela pode produzir efeitos bastante sensíveis: uma mulher não precisaria, de fato, ter poderes sobrenaturais para ser queimada como bruxa durante a Inquisição; a covid-19 ser interpretada como uma “gripezinha” não a impediu de vitimar, somente no Brasil e em números oficiais, mais de setecentas mil pessoas, por exemplo. Em outras palavras, não “tanto faz” a narrativa vigente, ela não é indiferente. Não obstante, porém, Nietzsche nos ensina a ver que essas narrativas, falsas ou não (essa já não é mais a questão), existem, proliferam, e que mostrar que não correspondem à realidade nem sempre é possível, dadas as configurações vigentes do real, mas também porque nem sempre adianta.

Em segundo lugar, porque Nietzsche nos convida a refletir para além da verdade: se o que legitima uma narrativa em detrimento de outras não é necessariamente seu grau de correção ou adequação à realidade, o que o faz? Quais são as relações de poder envolvidas no estabelecimento de uma ou de outra convenção como realidade absoluta? O que fica soterrado no momento da fixação de uma verdade? A que ou a quem interessa que uma narrativa se sobreponha a outras? Essas questões só podem aparecer quando a “Verdade” é posta de lado. Sem isso, é sempre possível recorrer a redundâncias como “a verdade é a verdade” – nesse caso, explica-nos Larrosa:

O “ser” da verdade está formulado tautologicamente: “a verdade é a verdade”, como quem diz “a verdade é verdadeira” ou “o ser da verdade está em sua própria condição de verdadeira”. Mas a duplicação da palavra “verdade” nesse enunciado não é de todo inocente, uma vez que faz com que a sentença funcione implicitamente como um imperativo. “A verdade é a verdade” pode ser traduzida como “é preciso aceitar a verdade porque é verdade” ou “é preciso inclinar-se diante da verdade por sua própria condição de verdadeira”. Essa afirmação, “a verdade é a verdade”, está nos dizendo por que razão temos que nos inclinar diante dela, do mesmo modo que o enunciado, aparentemente tautológico, “a realidade é a realidade”, às vezes adjetivado como “a dura realidade”, funciona para que nos comportemos como pessoas realistas, isto é, para que, reconhecendo o caráter real da realidade (como se disséssemos “sua solidez”, “seu peso” ou “sua dureza”), nos apeguemos de uma forma realista a seus mandamentos. (Larrosa, 2010, p. 150).

O pensamento nietzschiano, nesse sentido, é um convite à desconfiança e à espreita. É o convite que o povo hebreu do esquete do Porta dos Fundos não recusa. Larrosa defende que uma tal atitude é fundamental para não se deixar enredar facilmente pela ordem vigente, pelas palavras oficiais. A certa altura, o professor catalão ainda sentencia: “para combater a verdade do poder é necessário colocar em dúvida o poder da verdade” (Larrosa, 2010, p. 163). O que nossos tempos nos convidam a fazer, nesse sentido, é colocar em dúvida o poder da verdade para combater as verdades múltiplas desses feudos fechados, agressivos e cada vez mais poderosos intensificados pelas redes sociais. Porque talvez seja esse o ensinamento fundamental que decorre da filosofia nietzschiana: para podermos assumir humanamente aquilo que somos e bancarmos aquilo sobre o que falamos e pensamos, é preciso matar Deus, abandonar a Verdade como uma interdição ao pensamento e, de certa forma, ousar bancar a narrativa, a convenção.

No aforismo 630 de *Humano, demasiado humano*, o filósofo propõe a seguinte reflexão:

Convicção é a crença de estar, em algum ponto do conhecimento, de posse da verdade absoluta. Esta crença pressupõe, então, que existam verdades absolutas; e, igualmente, que tenham sido achados os métodos perfeitos para alcançá-las; por fim, que todo aquele que tem convicções se utilize desses métodos perfeitos. . . . A pressuposição de todo crente de qualquer tendência era não poder ser refutado; se os contra-argumentos se mostrassem muito fortes, sempre lhe restava ainda a possibilidade de difamar a razão e até mesmo levantar o *credo quia absurdum est* (creio porque é absurdo) como barreira do extremado fanatismo. Não foi o conflito de opiniões que tornou a história tão violenta, mas o conflito de fé nas opiniões, ou seja, das convicções. Se todos aqueles que tiveram em tão alta conta a sua convicção, que lhe fizeram sacrifícios de toda espécie e não pouparam honra, corpo e vida para servi-la tivessem dedicado apenas metade de sua energia a investigar com que direito se apegavam a esta ou àquela convicção, por que caminho tinham a ela chegado: como

se mostraria pacífica a história da humanidade! Quanto mais conhecimento não haveria! Todas as cruéis cenas, na perseguição aos hereges de toda espécie, nos teriam sido poupadas por duas razões: primeiro, porque os inquisidores teriam inquirido antes de tudo dentro de si mesmos, superando a pretensão de defender a verdade absoluta; segundo, porque os próprios hereges não teriam demonstrado maior interesse por teses tão mal fundamentadas como as dos sectários e “ortodoxos” religiosos, após tê-las examinado. (Nietzsche, 2005, p. 266).

Logo nas primeiras frases, Nietzsche vincula “convicção” a uma crença que pressupõe “que existam verdades absolutas”. A convicção, portanto, implica um modo de aderir a discursos e narrativas calcado na esperança de que não sejam apenas interpretações ou invenções, mas sim a própria realidade (e, dessa maneira, implica a relação de submissão de que trata Larrosa). Os convictos, nesse sentido, não entendem o mundo como possibilidade, como criação, ou melhor, como criações. Entendem-no como a plasmação direta e imediata de uma única paisagem. Disso, não pode decorrer senão a “violenta história da humanidade”, afinal, para a filosofia nietzschiana, é justamente por meio das imagens que se manifesta o intelecto e o modo humano de habitar o real. O que nos interessa aqui é que, nesse movimento de fixação de um único real, obnubila-se uma outra postura, uma outra possibilidade de interagir com ele. Para o crente, não é preciso pedir à narrativa a que adere provas de sua realidade ou explicações. “Com que direito se apegam a esta ou àquela convicção” não é uma questão.

Aquele que não se deixa submeter ao “poder da verdade”, então, por oposição, entende:

- a. que não lidamos com o real de maneira direta, imediata, mas sim mediados pelo que nos atravessa enquanto humanos: nossas crenças, nossas ideologias, nossa cultura, nosso corpo, nossa linguagem, etc.;
- b. que, como consequência disso, há tantos mundos quantas forem as combinações desses atravessamentos e que o que faz com que algumas narrativas e não outras imponham-se como realidade, como parâmetros para reger a vida, é menos seu grau de verdade, ou seja, seu grau de adequação a um pretense real, e mais a força dos grupos que a sustentam e as razões variadas que a fazem “fazer sentido” para alguém;
- c. que a disputa – não pelo real, mas pela possibilidade de significá-lo – dá-se em uma arena alheia à verdade factual e que, nesse sentido, talvez seja justamente a honestidade e a radicalidade quanto ao que o leva a afirmar uma e não outra opinião que pode fazer vislumbrar um modo distinto de encarar as narrativas que arrogam a si a pecha de verdade absoluta.

Antes de continuarmos, é importante fazer uma ressalva. Essa explicitação dos atravessamentos que nos levam a um ou a outro posicionamento não seria um reforço da “eu-pistemologia” de que trata van Zoonen (2012). A autora, para desenvolver sua ideia, menciona um estudo que fez envolvendo comentários de estadunidenses em postagens sobre a Guerra do Iraque: segundo ela, era comum que se buscasse encerrar discussões por meio de colocações como “Eu tinha uma filha na guerra...” ou então “Mas quando você perder dois entes queridos na guerra sua opinião será válida”, etc. – nesse sentido, é como se a verdade estivesse assegurada porque deriva, de alguma maneira, de um “eu”. O pensamento nietzschiano, por outro lado, iria provocativamente além: o que é este “eu” que se pretende fiador da verdade? O que é um estadunidense? O que é uma filha e a relação afetiva que se estabelece entre ela e sua mãe ou seu pai? O que é a guerra? Por que se vai a ela? O que está em

jogo? Como a suporto? Por que e como ela me afeta? O que decorre desses e de muitos outros questionamentos não é a Verdade. É um trajeto, uma cadeia mais ou menos coerente e bem menos linear do que se poderia imaginar de razões e de eventos que produzem uma visão de mundo, que produzem uma visão sobre o próprio si, que produzem o próprio “eu”. Morre Deus; brotam deuses – e talvez aí resida a profunda relevância desse pensamento para os fazeres pedagógicos na contemporaneidade.

Ensinar, já pudemos elaborá-lo noutra ocasião (Coppi, 2024), vem do latim *insignare*, ou seja, “colocar signos e símbolos para que os outros possam se orientar” (Castello & Mársico, 2007, p. 37). Os signos que deixamos e a que lançamos luz quando nos dedicamos a pensar “com que direito nos apegamos a esta ou àquela convicção”, nesse sentido, são tudo o que conseguimos ensinar; além disso, eles acabam guiando não à realidade ela mesma, absoluta e imaculada, mas a um humano que se esforça por significar aquilo que lhe ocorre e o mundo de que faz parte. Talvez seja somente insistindo nesse velho gesto, o “ensinar”, que, enquanto professores, possamos oferecer alguma resistência não apenas às *fake news*, aos conspiracionismos e aos negacionismos de hoje, mas sobretudo à “Vontade de Verdade” que lhes perpassa e que interdita nossa possibilidade de sermos “artisticamente criadores”.

No campo pedagógico, esses apontamentos nietzschianos nos conduzem a um movimento duplo: por um lado, em relação aos saberes que levamos para nossas salas de aula, é preciso que possamos responder “com que direito” o fazemos. Tratá-los como obrigações do planejamento não basta. Nesse sentido, é preciso situá-los tanto na cadeia das razões que os constituíram como saberes científicos e curriculares, ou seja, em uma história humana mais ou menos compartilhada, quanto em nossa íntima história própria, enquanto sujeitos singulares. É preciso que sejamos capazes de dar testemunhos sobre como fomos atravessados por eles e que sentido têm para nós mesmos. Por que falamos sobre eles? Como nos atravessam? Quais os efeitos que nos provocaram? Como nos relacionamos com eles e como eles nos constituem enquanto sujeitos? Essas questões, parece, são incontornáveis para dar a ver não a realidade, mas um signo e um processo de significação.

Por outro lado, talvez seja por meio delas e de outras assemelhadas que também possamos fazer frente aos conteúdos inverídicos das mais diversas ordens que adentrarem nossas salas de aula. O saber que se instala como verdade absoluta não faz provas de coerência, não se justifica; demandar explicações, perguntar os porquês, pedir os sentidos, portanto, talvez sejam condutas que lhe confrontem com algo até então inédito. É preciso fazer Moisés falar, nos aconselhariam os hebreus do vídeo do Porta dos Fundos; é preciso fazê-lo falar até que balbucie, até que hesite, até que duvide de si. E talvez o mesmo tipo de gesto seja necessário para confrontar as teorias da conspiração, os negacionismos, as *fake news* na escola. Fora dela, esse confronto se desbota em redes sociais cada vez menos sociais, porque, pautadas pela arquitetura algorítmica, são cada vez menos abertas ao comum. A escola, por sua vez, ainda pode se resguardar o direito e a possibilidade de não operar nos mesmos termos. É por isso que é nela que entendemos que um enfrentamento é viável – desde que, é importante salientar, ela própria abandone sua “vontade de verdade” e lide com uma realidade em que a verdade não é um dado, não é consenso, aprendendo a falar e a se constituir a partir de outros paradigmas.

Outros, mas nem tanto: basta, afinal, assumir aquela que é sua atividade básica desde que foi inventada: ensinar, “*in-signare*”, o mundo e bancar o mundo enquanto significação.

Conclusão

Em *10 mandamentos* (Porta dos Fundos, 2013), seguindo a interpretação que propusemos aqui, o que cai por terra não são os mandamentos divinos ou mesmo Deus. O que é ridicularizado é talvez, antes de mais nada, a pretensão de que algo se estabeleça somente porque “é verdade”. É essa vontade de verdade que fica pouco à vontade. É do incômodo em relação à falência dessa vontade de verdade que brotam hesitações e balbucios – os quais, se souberem se manter assim em vez de se converterem em gritos histéricos reclamando que “é assim, sim”, que “a verdade é a verdade”, que “a verdade é uma só”, podem ainda ser potentes. É nessa hesitação que podemos recuperar o porquê de sustentarmos uma e não outra opinião, o porquê de nos constituirmos de uma e não de outra forma. É nessa hesitação também que podemos, por vezes, perceber que nada sustenta o que somos senão um hábito irrefletido, um senso de pertencimento a um grupo específico. É essa hesitação que nos permite falar como humanos que somos fundamentalmente estruturados sobre um intelecto que opera por imagens e construções.

Neste artigo, a fim de dar a ver a potência dessas hesitações, buscamos investigar o que o pensamento nietzschiano, sobretudo em sua crítica a uma ideia de verdade pretensamente absoluta, tem de potente para o fazer educacional em um contexto histórico em que a verdade não parece mais consensual. Para tanto, começamos nossas reflexões com os resultados da pesquisa *Truth Quest* realizada pela OCDE em 2024. Os participantes brasileiros, nesse estudo, tiveram o pior desempenho dentre outras 21 nações avaliadas no que diz respeito à detecção de notícias enganosas na internet. Apresentamos algumas das conclusões às quais os pesquisadores chegaram e levantamos, nós mesmos, a partir de uma revisão bibliográfica, algumas hipóteses de autores diversos relacionando a crença em *fake news* e seu compartilhamento aos moldes de circulação da informação nas redes sociais. Destacamos, da análise dessas hipóteses, que talvez, mais do que a crença nas mentiras, o problema se desse pela persistência da tal “vontade de verdade”, que impõe um mesmo modo de relação com as narrativas que nos chegam independentemente de seu grau de adequação à realidade.

Na sequência, mobilizamos o pensamento de Friedrich Nietzsche para propor um modo outro de adesão aos discursos e às narrativas. Sem a pretensão à verdade, deslocam-se os interesses em relação às convenções que disputam a regência do real: passamos a nos interessar por como elas se constituíram, por quais caminhos elas seguiram até se estabelecerem, pelas lutas que travaram e ainda travam e pelos efeitos que produzem. Essa nova disposição diante dos sentidos com que significamos o real pareceu-nos fundamental para uma linha de ação pedagógica capaz de fazer frente ao cenário contemporâneo.

Para o filósofo alemão, “Deus” é metáfora para a verdade que se pretende absoluta e inquestionável. Diante Dele, nesse sentido, não há dúvidas, não há questões, não há confrontações. As coisas são porque são, a realidade é como é, e pronto, acabou. Abandoná-Lo é questionar e questionar-se. É perguntar “por quê?”. É preocupar-se com qual o trajeto que faz de nós o que somos, que faz de nossas opiniões umas e não outras. É observar e compreender como os sentidos se fizeram. É olhar para os signos e para os símbolos e sermos capazes de oferecer a nossos alunos um saber que não é a própria realidade, mas uma imagem, uma invenção em que abundam as marcas de nossas próprias digitais. Ensinar, afinal, nada mais é do que deixar esses signos naquilo que levamos a nossas salas de aula. Ensinar talvez tenha mais a ver com deuses humanos, demasiadamente humanos, do que com Deus.

Ensinar, assim, talvez seja dar adeus a Deus.

Agradecimentos

Parte desta pesquisa, sobretudo a fundamentação teórica acerca do pensamento e a analogia com o vídeo do Porta dos Fundos, foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante as pesquisas de mestrado e de doutorado do autor.

Referências

- Arendt, H. (2020). *A condição humana*. Forense Universitária.
- Bruno, F. (2020). Arquiteturas algorítmicas e negacionismo: A pandemia, o comum, o futuro. In L. Duarte, & V. Gorgulho (Orgs.), *No tremor do mundo: Ensaio e entrevistas à luz da pandemia* (pp. 254-269). Cobogó.
- Bruno, F., & Roque, T. (2020). A ponta de um iceberg de desconfiança. In M. Barbosa (Org.), *Pós-verdade e fake news: Reflexões sobre a guerra de narrativas* (pp. 10-20). Cobogó.
- Castello, L. A., & Mársico, C. T. (2007). *Oculto nas palavras: Dicionário etimológico para ensinar e aprender*. Autêntica.
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*. Ubu.
- Coppi, L. A. C. (2021). *Uma pedagogia menor: Reflexões sobre o acaso, a incerteza e o gesto de desmobilizar em educação* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-28062021-193534>
- Coppi, L. A. C. (2024). Em defesa do ensino: O comum e a abertura existencial em meio aos algoritmos digitais. *Revista Educação em Questão*, 61(70), Artigo e33919. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2023v61n70ID33919>
- Hameleers, M., & van der Meer, T. (2020). Misinformation and polarization in a high-choice media environment: How effective are political fact-checkers? *Communication Research*, 47(2), 227-250. <https://doi.org/10.1177/0093650218819671>
- Larrosa, J. (2010). *Pedagogia profana: Danças, piruetas e mascaradas*. Autêntica.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2011). *A cultura-mundo: Resposta a uma sociedade desorientada* (M. L. Machado, Trad.). Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (2005). *Humano, demasiado humano* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (2008). *Sobre verdade e mentira*. Hedra.
- Nietzsche, F. (2012). *A gaia ciência* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (2016). *O anticristo: Maldição ao cristianismo. Ditirambos de Dionísio* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia de Bolso.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2024). *The OECD Truth Quest Survey: Methodology and findings* [OECD Digital Economy Papers, 369]. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en>
- Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você*. Zahar.
- Porta dos Fundos. (2013, 7 fevereiro). *10 mandamentos* [Vídeo]. YouTube. <https://youtu.be/eLawrQ1KQno?si=X2BFOfolZFUPQZ2c>
- Reboul, O. (2017). *Filosofia da educação*. Edições 70.
- Ricœur, P. (2013). *Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação*. Edições 70.
- Silveira, S. A. da. (2019). *Democracia e os códigos invisíveis: Como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. Edições Sesc.

- van Zoonen, L. (2012). I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. *European Journal of Communication*, 27(1), 56-67. <https://doi.org/10.1177/0267323112438808>
- Veloso, C. (2008). Milagre do povo [Música]. In *Certeza da beleza*. Universal Music.

Disponibilidade de dados

Os dados subjacentes à pesquisa estão informados no artigo.

Editor responsável

 Rodnei Pereira